Portaria n.º 996/2004, de 9 de Agosto;
 Portaria n.º 1060/2004, de 21 de Agosto;
 Portaria n.º 1061/2004, de 21 de Agosto;
 Despacho Normativo n.º 36/2004, de 30 de Julho;
 Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e respectivas alterações;
 Código do Procedimento Administrativo;
 Cultura geral.»

deve ler-se:

«9.1 — [...] Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho;
 Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio;
 Portaria n.º 1169/2006, de 2 de Novembro;
 Portaria n.º 133/2007, de 26 de Janeiro;
 Despacho Normativo n.º 23-A/2007, de 15 de Junho;
 Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
 Código do Procedimento Administrativo;
 Cultura geral.»

Acrescenta-se ao referido aviso o n.º 19, que a seguir se transcreve:

«19 — Foi consultada a BEP e verificou-se a inexistência de pessoal com o perfil definido em situação de mobilidade especial.»

21 de Junho de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente*.

2611025369

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA

Aviso n.º 12 078/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com o meu despacho de 12 de Junho de 2007, foi nomeada, em comissão de serviço extraordinária, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, como estagiária da carreira técnica superior (gestão e administração pública) Maria Adelaide Oliveira Fernandes Anjos, tendo em vista a reclassificação prevista nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do acima citado Decreto-Lei n.º 218/2000, de 19 de Setembro, como técnica superior de 2.ª classe.

Mais se torna público que a referida nomeação produz efeitos a partir do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques*.

2611025528

Aviso n.º 12 079/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, de acordo com os meus despachos de 12 de Junho de 2007, foram reclassificados, nos termos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, os seguintes funcionários:

João Augusto Raimundo, motorista de pesados, escalão 2, índice 160, do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro — em condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 2, índice 165, do anexo III ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

José Jorge da Conceição Bernardino, motorista de pesados, escalão 2, índice 160, do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro — em condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 2, índice 165, do anexo III ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Mais se torna público que as referidas nomeações produzem efeitos a partir do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

12 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Litério Augusto Marques*.

2611025532

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Aviso n.º 12 080/2007

Concursos externos de ingresso

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez de 16 de Maio de 2007, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*,

concursos externos de ingresso para o provimento dos seguintes lugares:

Concurso I — um lugar de técnico superior de desporto de 2.ª classe (estagiário), da carreira de técnico superior de desporto;

Concurso II — um lugar de técnico superior de segurança e higiene do trabalho de 2.ª classe (estagiário), da carreira de técnico superior de segurança e higiene do trabalho.

2 — Requisitos gerais e especiais de admissão aos concursos:

2.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se aos concursos os interessados que reúnam, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidatura, os requisitos gerais exigidos e constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, designadamente:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido a lei da vacinação obrigatória.

2.2 — Requisitos especiais:

Concurso I — indivíduos habilitados com licenciatura em Educação Física, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso II — indivíduos habilitados com licenciatura na área de Engenharia e curso técnico superior de segurança e higiene do trabalho, bem como o CAP (certificado de aptidão profissional) válido, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Remuneração — concursos I e II — corresponde ao escalão 1, índice 321, da escala indicária estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — Local de trabalho — concursos I e II — situa-se na área do município de Arcos de Valdevez.

5 — Conteúdos funcionais:

Concurso I — o constante no despacho n.º 15 182/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto;

Concurso II — o constante no despacho n.º 22 511/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Novembro de 2004.

6 — Validade dos concursos — os concursos são válidos para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

7 — Legislação aplicável — concursos I e II — aos presentes concursos são aplicáveis as regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 12 de Outubro, 29/2001, de 3 de Fevereiro, 265/88, de 28 de Julho, e 353-A/89, de 16 de Outubro, de legislação complementar e do Código do Procedimento Administrativo.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção consistirão na prova de conhecimentos (escrita), avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, todos classificados de 0 a 20 valores e que, para além dos valores inteiros, terão no máximo três dígitos decimais sem arredondamento, sendo a classificação final obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + AC + EPS}{3}$$

em que:

CF = classificação final;

PC = prova de conhecimentos;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

8.1 — A prova escrita de conhecimentos terá a duração de duas horas, será graduada de 0 a 20 valores, é eliminatória para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, visa avaliar o nível de conhecimentos profissionais dos candidatos, exigíveis para o exercício de funções, e versará sobre a seguinte matéria:

Concursos I e II — conhecimentos gerais:

Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das juntas

de freguesia) e Constituição da República Portuguesa (organização do poder local);

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 407/91, de 7 Outubro, e 175/95, de 21 de Julho (constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública);

Regime jurídico da duração do horário de trabalho da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 13-E/98, de 31 de Agosto, 325/99, de 18 de Agosto, e 169/2006, de 17 de Agosto;

Concurso I — conhecimentos específicos:

Lei de Bases do Desporto — Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho;
Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto — Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro;

Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso;

Conhecimento da estrutura orgânica e normas de funcionamento interno dos serviços;

Concurso II — conhecimentos específicos:

Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro — estabelece o regime jurídico do enquadramento da higiene e saúde no trabalho;

Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de Junho — estabelece o regime de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho;

Decreto-Lei n.º 488/99, de 17 de Novembro — define as formas de aplicação do regime jurídico de segurança, higiene e saúde no trabalho à Administração Pública e revoga o Decreto-Lei n.º 191/95, de 28 de Julho;

Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro — procede a revisão da regulamentação das condições de segurança e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou em móveis, constante no Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho;

Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

8.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na avaliação do respectivo currículo profissional, que terá a seguinte fórmula, onde serão ponderados os seguintes factores:

$$AC = \frac{HAB + EP + FP}{3}$$

em que:

AC = avaliação curricular;
HAB = habilitação académica;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional.

8.2.1 — A valorização da habilitação académica efectuar-se-á de seguinte modo:

Concurso I:

Habilitação mínima exigida — 19 valores;
Mestrado na área de Educação Física/Desporto — 20 valores;

Concurso II:

Habilitação mínima exigida — 19 valores;
Mestrado na área de Segurança e Higiene do Trabalho — 20 valores.

8.2.2 — A experiência profissional visa avaliar o desempenho efectivo de funções idênticas ao cargo a prover, com avaliação da sua natureza e duração, até ao máximo de 20 valores, e será ponderada da seguinte forma — concursos I e II:

Até um ano — 10 valores;
Entre um e três anos — 16 valores;
Entre três e cinco — 18 valores;
Mais de cinco anos — 20 valores.

8.2.3 — Na avaliação da formação profissional só serão contabilizadas as acções de formação adequadas às funções inerentes ao lugar colocado a concurso, não podendo a pontuação total a atribuir

neste factor ser superior a 20 valores. Este factor será ponderado da seguinte maneira:

Concursos I e II:

Acções de formação até uma semana — 1 valor cada;
Acções de formação de mais de uma semana e até um mês — 2 valores cada;
Acções de formação superiores a um mês — 3 valores cada.

8.3 — Entrevista profissional de selecção — será classificada de 0 a 20 valores e visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais e profissionais dos candidatos, mediante a ponderação de parâmetros adequados, e será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS = \frac{a+b+c+d}{4}$$

em que:

a = conhecimento do conteúdo funcional do lugar a prover;
b = capacidade de comunicação;
c = atitude profissional — interesse, motivação e dinamismo;
d = segurança demonstrada na procura de soluções a problemas hipoteticamente colocados.

8.3.1 — Estes aspectos serão pontuados de acordo com os parâmetros abaixo indicados, sendo o resultado final deste método de selecção obtido pelo somatório das pontuações resultantes da média aritmética dos valores atribuídos por cada membro do júri, relativamente a cada sector de apreciação, numa escala de 0 a 20 valores, nomeadamente:

Favorável preferencialmente — 20 valores;
Bastante favorável — de 16 a 19 valores;
Favorável — de 12 a 15 valores;
Favorável com reservas — de 8 a 11 valores;
Não favorável — até 7 valores.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, o qual, bem como toda a documentação que o deverá acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, durante o horário normal de funcionamento, ou enviado por correio, em carta registada com aviso de recepção, contando, neste caso, a data de registo, para a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Praça Municipal, 4970 Arcos de Valdevez, em ambos os casos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas e já referido no n.º 1 do presente aviso.

9.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, data de nascimento, naturalidade, residência actual, com a indicação do código postal, telefone, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade e número de contribuinte fiscal);
b) Habilitações literárias;
c) Menção do concurso a que se candidata, bem como referência ao número, data e série do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
d) Os candidatos podem ainda especificar quaisquer circunstâncias que considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal, as quais só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

9.2 — O requerimento de admissão a concurso deverá, sob pena de exclusão do concorrente, ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Fotocópia do bilhete de identidade;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) *Curriculum vitae* devidamente detalhado, datado e assinado.

9.3 — A apresentação da documentação mencionada nas alíneas d), e) e f) do n.º 2.1 é temporariamente dispensada, desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores ficarão excluídos do concurso.

12 — A falta de comparência dos candidatos à prova escrita de conhecimentos e ou à entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.

13 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas, respectivamente, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 1 de Julho.

14 — Os candidatos excluídos serão notificados, de acordo com o definido no n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — O júri terá a seguinte composição:

Concurso I:

Presidente — Dr. José Pedro Machado Matos Teixeira, vereador em regime de permanência.

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Isabel Maria Loureiro Carvalho, técnica superior.

2.º Dr. João Manuel Amaral Esteves, vereador em regime de permanência.

Vogais suplentes:

1.º Martinho Pereira Araújo, vereador em regime de permanência.

2.º Dr. Faustino Gomes Soares, chefe de divisão Administrativa e Financeira.

Concurso II:

Presidente — Dr. João Manuel Amaral Esteves, vereador em regime de permanência.

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Isabel Maria Loureiro Carvalho, técnica superior.

2.º Engenheira Maria Isabel Pereira Dantas, técnica superior.

Vogais suplentes:

1.º Martinho Pereira Araújo, vereador em regime de permanência.

2.º Dr. Faustino Gomes Soares, chefe de divisão Administrativa e Financeira.

16 — Quota de emprego para as pessoas com deficiência — poderão concorrer pessoas com deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 %, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro. No presente concurso o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, de acordo com o n.º 3 do artigo 3.º da citada legislação.

17 — Para o cumprimento do estipulado nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco de Araújo*.

261102533

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL

Aviso n.º 12 081/2007

Loteamento urbano — Emparcelamento

Ricardo Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, torna público que, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, em reunião desta Câmara Municipal, realizada no dia 6 de Fevereiro de 2007, foi concedido o alvará de loteamento para o emparcelamento n.º 4/2007, requerido pela Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra, com sede no lugar e freguesia de Cerdeira.

O emparcelamento incide sobre os prédios sítos no lugar e freguesia de Cerdeira, deste concelho, registados na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob os n.ºs 00727/031029 e 00384/941219 da respectiva freguesia, respeita o disposto no Plano Director Municipal e destina-se à constituição de um só lote com a área de 1789 m² destinado a equipamento social, composto por dois pisos, com área de implantação de 1136,60 m² e área bruta de construção de 2298,60 m².

Para conhecimento geral se publica o presente aviso, que vai ser afixado nos Paços do Município, publicado no *Diário da República* e num dos jornais da região.

14 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Pereira Alves*.

2611025323

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Aviso n.º 12 082/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico superior de 2.ª classe — estagiário (não adjectivados)

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 8 de Maio de 2007, e usando da competência que me confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, se encontra aberto concurso externo de ingresso para dois técnicos superiores de 2.ª classe — estagiários pertencente ao grupo profissional técnico superior, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foram efectuadas consultas na BEP em 4 de Junho do ano em curso e emitidas pela DGAP, pelos ofícios n.ºs 4588 e 4589, de 6 de Junho, as declarações de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial com o perfil para os lugares pretendidos postos a concurso.

O concurso é aberto nas seguintes condições:

Concurso referência I — um lugar da carreira/categoria de técnico superior de 2.ª classe (estagiário) — engenheiro civil;

Concurso referência II — um lugar da carreira/categoria de técnico superior de 2.ª classe (estagiário) — comunicação social.

1 — Quota de emprego — nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Este deve declarar no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como as respectivas capacidades de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do diploma supramencionado.

2 — O concurso é valido para as vagas anunciadas, cessando com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho é na área do município de Armamar.

4 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho (caracterização genérica).

5 — O concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, que adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 265/88, de 28 de Julho.

6 — O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 321, do sistema retributivo da função pública, fixado em € 1048,87, e as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Condições de candidatura — podem candidatar-se os indivíduos que até ao fim do prazo de candidaturas satisfaçam os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos gerais — os mencionados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

7.2 — Requisitos especiais — possuir a licenciatura em Engenharia Civil, concurso referência I, e licenciatura em Comunicação Social, concurso referência II, conforme dispõe a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Na selecção dos concorrentes serão utilizados os seguintes métodos de selecção: prova teórica de conhecimentos gerais e específicos, complementada com entrevista profissional de selecção.

9 — A prova teórica de conhecimentos gerais e específicos terá a forma escrita, com a duração de cento e vinte minutos, e versará sobre as matérias constantes nos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto Disciplinar); Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e suas alterações (regime de férias, faltas e licenças); Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (quadro de competências e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias); Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo — CPA); Decreto-Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto (regime jurídico da tutela administrativa); Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (finanças locais); Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril (modernização administrativa); Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — POCAL), e suas alterações; Constituição da República Portuguesa (actualizada à 7.ª Revisão Constitucional/2005); Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, e Decreto-Lei n.º 6/2006, de 20 de Junho (Sistema